

PREFÁCIO

Foi com agrado que aceitei o convite dos comandantes Almada Contreiras e Bacelar Begonha para prefaciar o livro *5.ª Divisão – MFA: revolução e cultura*. Aceitei este desafio não só pela camaradagem e pela amizade que nos unem há longos anos, mas fundamentalmente porque a minha passagem, enquanto jovem oficial, pela 5.ª Divisão correspondeu a uma das fases mais enriquecedoras que tive em toda a vida. As experiências vividas nesse momento histórico são inesquecíveis, quer pela grande intensidade na participação política e cívica dos militares, pela diversidade das pessoas que contactávamos ou pela importância do trabalho realizado ao nível da informação junto da população.

Vivemos hoje um momento em que as forças conservadoras e neoliberais dominam uma parte significativa dos governos europeus. Está a ser posta em causa a Europa do pós-guerra, o modelo que transformou este continente na zona mais pacífica do planeta, com conquistas sociais ao nível da educação, da saúde e da proteção social que servem de paradigma para os povos de todo o mundo. O crescimento das desigualdades sociais e o restauracionismo do liberalismo desregulado, destruidor do tecido económico nacional nos diversos países, estão a abrir caminho para o desenvolvimento de forças de extrema-direita, que nos fazem recordar os horrores da primeira metade do século XX.

A captura pelo capital financeiro, muitas vezes sem rosto, da economia e da política introduziu nas sociedades modernas critérios de decisão que põem em causa a democracia representativa e participada. A destruição do tecido produtivo em muitos países europeus, favorecendo investimentos em países sem regras democráticas e que não respeitam os direitos sociais das populações, fragiliza a Europa em nome de um liberalismo económico que já provou, em muitos países, a falência das suas políticas. Tal só é possível através do domínio da comunicação social e da criação da ilusão de que a única saída para os atuais problemas económicos é a que resulta de um pensamento dominante, autoritário, indiscutível e manipulador que impeça a discussão de alternativas que ponham em causa os seus princípios ideológicos.

No caso de Portugal, que viveu durante muitos anos sob a alçada de um regime ditatorial, mais importante se torna avaliar o seu passado. Como referia Pessoa, «não há futuro sem memória do passado», e o desenvolvimento e manutenção de um regime democrático, com modos de participação ativa dos cidadãos aos diversos níveis da intervenção social que não se esgotem na representação formal parlamentar, devem ter em conta as experiências e os erros do passado.

Assistimos em Portugal a uma lavagem da memória no que respeita ao regime ditatorial que dominou o país durante quase cinco décadas. As forças mais conservadoras tentam deturpar a história do golpe militar de 25 de Abril e do movimento popular que se seguiu, denegrindo o papel do MFA e produzindo versões de muitos dos acontecimentos que marcaram a época que nada têm a ver com a realidade.

O período que vivemos em 1974 foi complexo mas determinante para alcançarmos as conquistas políticas e sociais de que ainda hoje beneficiamos. Tenta-se valorizar alguns aspetos mais violentos, naturais em períodos de transformação social radical, esquecendo que os episódios mais violentos resultaram fundamentalmente de ações das forças reacionárias, que não aceitavam a queda da ditadura e tentavam inverter o curso dos acontecimentos e retomar o poder (lembramos, por exemplo, os casos do 7 de Setembro em Moçambique e do 28 de Setembro e do 11 de Março em Portugal). Muitas vezes valorizam-se episódios pouco significativos na época, que afetaram minorias então dominantes e comprometidas com o anterior poder, esquecendo que foram o golpe militar e a liberdade política conquistada que conduziram à instauração de uma democracia representativa em Portugal em 1975.

Não podemos deixar de ter presente a situação social do país em 1974, com cerca de 25 por cento de analfabetos e uma taxa de conclusão do ensino secundário de 5 por cento (hoje é de 73,4 por cento). Metade da população não tinha cobertura sanitária (o SNS foi criado em 1979) e a taxa de mortalidade infantil, atualmente nos 2,8 por mil, era de cerca de 55 por mil em 1974. A esperança de vida à nascença é hoje de 80,2 anos, face aos 68,2 anos no ano que se deu o golpe militar (cf. www.pordata.pt). O regime de segurança social abrangia somente parte da população, nomeadamente os funcionários públicos e algumas profissões, através do regime das denominadas Caixas de Previdência.

O livro de Manuel Begonha baseia-se em factos e documentos históricos consultáveis, alguns reproduzidos como anexos. É um bom contributo para evitar que se apague a memória do que se passou em 1974 e 1975.

No início é descrita a criação da 5.^a Divisão e é feita referência às dezenas de oficiais dos vários ramos, armas e serviços que foram colocados nas suas diversas estruturas. É curioso recordar que muitos deles, então oficiais superiores, atingiram o generalato e que alguns vieram, ao longo dos anos, a desempenhar funções de alto nível (Loureiro dos Santos, Tavares Pimentel, Tomé Pinto, por exemplo).

Em agosto de 1974, o general Costa Gomes toma a iniciativa de reorganizar o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), criando varias divisões: 1.^a Divisão – Pessoal; 2.^a Divisão – Informações; 3.^a Divisão – Operações; 4.^a Divisão – Logística; e 5.^a Divisão – Relações Públicas e Ação Psicológica. A estrutura da 5.^a Divisão correspondia às necessidades da sua missão e era constituída por quatro departamentos: CODICE – Comissão Dinamizadora Central; CEIP – Centro de Esclarecimento e Informação Pública; Centro de Sociologia Militar; e Centro de Relações Públicas.

Como afirma Manuel Begonha, «imediatamente após o 25 de Abril, era admissível que existisse uma certa perplexidade, senão desconfiança, relativamente ao papel dos militares na revolução, atendendo a que, num passado recente, apareciam como um dos sustentáculos do regime, não sendo despiendo o respetivo envolvimento na Guerra Colonial». Por outro lado, como se afirma na 1.^a diretiva do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), as Forças Armadas devem «atuar politicamente, com uma presença efetiva de militares junto da população, a qual permitirá o esclarecimento das razões que levaram o país à situação lamentável em que nos encontrámos, com base no esclarecimento do Programa do MFA, e possibilitará a discussão das vias do futuro, criando condições para uma ampla participação do povo na vida nacional».

As Forças Armadas, responsáveis pelo golpe militar que derrubou a ditadura, perante a ausência de liberdade de informação e reunião que caracterizava o regime anterior, crescendo a uma ainda incipiente organização das forças e partidos políticos, sentiram-se na obrigação de desencadear ações de informação e

dinamização cultural que preparassem a população para uma intervenção cívica e uma participação ativa nos atos eleitorais e na construção da democracia.

A 5.ª Divisão foi a estrutura constituída para desempenhar essa missão, através da intervenção dos seus diversos departamentos anteriormente referidos. Ao contrário do que se tentou difundir, e ainda hoje é referido, essa estrutura das Forças Armadas não levou a cabo ações na área das informações militares (a cargo da 2.ª Divisão), não promoveu ações de natureza policial nem emitiu mandatos de captura ou desenvolveu buscas. A sua missão situava-se no domínio da transmissão de informação e da dinamização cultural dos militares e das populações, através de milhares de ações por todo o país, descritas com algum pormenor no presente livro:

«Entre campanhas de dinamização, sessões públicas e de esclarecimento e intervenções em empresas, cobrindo todo o país, foram levadas a cabo mais de 10 000 iniciativas. (...)

Centenas de criadores, dos mais relevantes existentes em Portugal, desde os artistas plásticos e gráficos, escritores, atores, artistas de circo e fantoches, encenadores, técnicos de todas as especialidades, músicos, bailarinos, compositores, cineastas a jornalistas, deram o seu melhor contributo à Revolução, cobrindo este país de cartazes, pinturas murais, tarjetas, livros, representações e de todas as formas de elevação cultural e cívica do povo que não poderão ser esquecidos.»

Centenas de intelectuais tiveram também a oportunidade de contactar livremente com a população sem os condicionamentos da falta de liberdade de expressão e de reunião existentes durante a ditadura. As ações de dinamização cultural pretendiam fazer chegar à população, principalmente nas zonas mais interiores, as diversas formas de expressão cultural que, até aí, eram apenas acessíveis às elites das zonas urbanas.

Por outro lado, pretendia-se recolher as manifestações culturais das várias zonas do país e divulgá-las junto de toda a população, estimulando-se o espírito associativo local. Nesse período desenvolveu-se uma verdadeira revolução cultural, que mudou mentalidades, promoveu e dinamizou milhares de iniciativas culturais que deixaram raízes ainda hoje vivas em todo o país.

Ao nível da informação, a edição do *Boletim do MFA* e a produção de programas de rádio e televisão, envolvendo dezenas de profissionais dessas áreas, eram os instrumentos utilizados para comunicar com a população. É importante referir que, no início da sua atividade, havia grande pluralismo nas comissões e órgãos da 5.^a Divisão. No caso do *Boletim do MFA*, com uma tiragem média de 120 mil exemplares, distribuídos amplamente nas escolas, quartéis, bibliotecas e outras instituições, a comissão de redação era dirigida pelo ,ainda hoje jornalista, José Manuel Barroso . Tinha como redatores os jovens oficiais Jose Aranda da Silva, Lino Gaspar e Medeiros Ferreira (regressado do exílio), que vieram posteriormente a desempenhar importantes funções profissionais ou políticas em diferentes órgãos de soberania. Como colaboradores (cf. Anexo 9) participavam diversos oficiais do MFA de diferentes ramos, dos quais destaco Almeida Contreiras, Almeida Moura, Vasco Lourenço, Varela Gomes, Duran Clemente, Jorge Alves e Pinto Ferreira. Estes oficiais terminaram a sua carreira como coronéis ou capitães de mar e guerra, como possivelmente teria acontecido no desenvolvimento natural da suas carreiras , se não tivesse ocorrido o golpe militar de 25 de Abril.

A direção da 5.^a divisão esteve a cargo, no início, do coronel Robim de Andrade e, posteriormente, do coronel Varela Gomes e do comandante Ramiro Correia, como é descrito no livro. Eram personalidades muito diferentes, e o seu perfil correspondeu às diversas fases por que passou a 5.^a Divisão, em função da conjuntura política. Indiscutivelmente, o coronel Varela Gomes foi uma marca determinante na 5.^a Divisão, pela sua anterior experiência política, cultura invulgar, forte personalidade e capacidade de liderança. Com risco da própria vida, dedicou todo o seu percurso à luta pela liberdade e pela democracia.

Com a evolução do processo político, e a consolidação das diversas forças e partidos, os militares começam a ser secundarizados. Por outro lado, acentuaram-se as diferenças de opinião, resultantes das diversas simpatias políticas, sublinhando as fortes divisões no seu seio.

O resultado das eleições para a Assembleia Constituinte foi um barómetro que refletiu a divisão dos portugueses pelas diferentes forças políticas, e também teve implicações nos militares que haviam liderado o golpe de 25 de Abril. Mas é interessante observar que muitas das divisões entre os militares verificadas em 1974

e 1975 se diluíram ao longo do tempo, como se comprova pelo facto de que, hoje, a grande maioria participa em ações conjuntas de defesa da democracia. Um bom exemplo disso é a mobilização de muitos militares, com opiniões diferentes, em estruturas como a Associação 25 de Abril e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

Manuel Begonha refere no livro diversos acontecimentos, como o 28 de Setembro e o 11 de Março, em que a 5.ª Divisão também esteve envolvida, cumprindo a sua missão como defensora do poder instituído. A politização da maioria dos militares que estavam na 5.ª divisão era muito grande, pelo que o seu envolvimento nos diversos processos de discussão no seio do MFA, nomeadamente nas Assembleias, era relevante. Também o seu envolvimento nos processos de rutura, quando se acentuaram as mudanças que prenunciavam o 25 de Novembro, foi marcante.

O livro finaliza com a descrição da extinção da 5.ª Divisão, em agosto de 1975, e da destruição do património cultural entretanto construído (publicações artísticas, gravações de Assembleias do MFA, programas de rádio e televisão, *Boletim do MFA*, entre outros). Mas é impossível apagar a memória histórica de um povo e de um país, ou mesmo de uma organização, ainda que se recorra a práticas inquisitoriais próprias da Idade Média. O livro de Manuel Begonha é um honesto e excelente contributo para que tal não aconteça no que se refere ao papel das ações desenvolvidas e à evolução da 5.ª Divisão do EMGFA no período de 1974 e 1975.

José Aranda da Silva

Coronel farmacêutico (na reforma)

Parede, agosto de 2015.